

## EDITORIAL DA REVISTA e-CURRICULUM

Edição 17 (4) de dezembro de 2019

**Antonio Chizzotti**

**Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida**

O ano de 2019 foi um tempo de grande convulsão nos projetos democráticos de educação e um período conturbado para a questão curricular: no dia 25 de junho, o Plano Nacional de Educação completou cinco anos, metade de seu tempo de vigência, sob o crivo de acrimoniosa retórica política do novo governo sobre a educação nacional.

O ano foi pródigo em discursos críticos à educação brasileira. O novo governo difundiu um discurso iracundo sobre a educação nacional, responsabilizada por um imaginário insucesso na formação da juventude e, por essa razão, merecedora de uma intervenção coercitiva em todos os domínios da educação, a fim de coibir fantasiosos riscos do sistema de ensino, tais como: ameaça de perversão ética da juventude, adoção de ideologias desviantes e conversão ao ideário político da esquerda.

O discurso oficial propôs uma retórica difusa de saneamento ao que considerou descaminhos da educação brasileira e adotou uma eloquência agressiva contra o magistério. Essa retórica foi sequestrada por segmentos de partidos políticos e insuflados pelos meios midiáticos, propondo vigilância nas atividades docentes e denúncias sobre pretensas violações ao ideário oficial. Os ideólogos do novo governo difundiram narrativas depreciativas da educação e aviltantes aos educadores. Apoiados em um discurso populista, derivaram para a proposta de militarização das escolas e inclusão de militares na gestão da escola pública, com a criação de escolas cívico-militares, a pretexto de salvaguardar a integridade moral dos educandos e garantir a disciplina destes.

Esse clima de hostilidade incomum, polarizado por um ambiente acusatório contra os docentes, conflagrou as discussões sobre a qualidade e os resultados do ensino, mas, em contrapartida, trouxe a questão do sistema de educação nacional para o debate político. Em contraposição aos discursos oficiais, muitos educadores, grupos de cientistas, diversas associações educacionais e movimentos sociais mobilizaram-se e ingressaram nos debates, para

=====

denunciarem o clima de revanchismo político e contraditarem a retórica hostil de agentes públicos e de autores solitários contra educadores e o magistério, em geral, e, sobretudo, oporem-se às providências coercitivas do processo de ensino, preconizadas por instâncias ministeriais, a fim de repor a questão da educação nacional e o Plano Nacional de Educação no centro do projeto político do estado.

Mantendo a tradição de sua política editorial de estimular e disseminar a publicação de pesquisas com uma perspectiva crítica e emancipatória, que tem o currículo como tema basilar para o desenvolvimento humano e a superação das desigualdades com vistas a ampliar a justiça social e educacional, a última edição de 2019 da revista e-Curriculum agrega o dossiê temático “Confrontos e resistências nas políticas curriculares e educacionais”, além de um conjunto de artigos inscritos por meio da política editorial da demanda contínua e uma resenha acadêmica.

O dossiê temático, publicado em parceria com a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), evoca em seu nome o cerne das discussões que assolam a área da Educação, nomeadamente a produção científica sobre o currículo, campo de lutas que se encontra convulsionado pelas ameaças de privação da liberdade de distintas ordens. Esse dossiê justifica-se pelo tratamento atribuído a um tema tensionado na atualidade e relevante para refletir sobre a educação, o currículo e suas especificidades no contexto das políticas públicas e das práticas educativas.

Os doze artigos especialmente selecionados para o dossiê são cuidadosamente apresentados pelas palavras dos organizadores, Marlucy Paraíso e Thiago Ranniery. O conjunto de artigos descortina uma densa discussão teórica e metodológica a respeito do currículo, explicita os múltiplos olhares sobre confrontos de distintas naturezas e as configurações das resistências manifestadas no âmbito das práticas, do debate conceitual e das políticas propostas para a educação brasileira.

Por seu turno, o conjunto de trabalhos publicados advindos da demanda contínua, constituído por 11 artigos e uma resenha, mostra-se multifacetado em suas abordagens teóricas, modos de análise e problemas colocados em foco, observando-se uma concentração em discussões a respeito do currículo em sua concepção e constituição, das políticas curriculares, da formação e das tecnologias.

No artigo de título *Políticas Curriculares para o Ensino Secundário/Ensino Médio em Portugal e no Brasil*, os autores Jane Mery Richter Voigt e José Carlos Bernardino Morgado

analisam as percepções de professores acerca das mudanças e das políticas curriculares dos dois países e identificam que os professores portugueses percebem agora que as mudanças criaram condições para a participação das escolas nas decisões curriculares; os professores brasileiros indicam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) poderá ser mais uniformizadora do que diferenciadora e emancipadora. A leitura permite identificar a existência de movimentos diversificados nesses países em relação à vivência democrática e a contextualização do currículo.

As autoras Maria do Carmo Barbosa de Melo e Carlyne do Monte de Paula, no artigo *A Lei Nº 11.645/08 e os tupinambás nas aulas de história: a visão dos(as) alunos(as) e as perspectivas de um novo olhar*, analisam as produções dos estudantes geradas no contexto de uma prática de ensino de história indígena, desenvolvida no Laboratório de Ensino de História da Universidade de Pernambuco - UPE/Campus Mata Norte, em busca de perceber as contribuições dessa prática para a promoção de uma educação intercultural e a criticidade histórica. As análises enfatizam o fortalecimento da inter-relação entre Literatura e História e o protagonismo do estudante na leitura e na produção de narrativas. A leitura fornece referências para políticas de currículo multicultural e favorece a compreensão de uma prática que reconhece o pluralismo das identidades e impulsiona a livre expressão do pensamento.

Shalimar Calegari Zanatta, Emerson Pereira Branco, Alessandra Batista de Godoi Branco e Marcos Cesar Danhoni Neves desenvolveram o artigo de título *Uma análise sobre a reforma do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais*. As análises constatam que há problemas para a efetivação dessa reforma devido à impossibilidade de investimentos nas escolas públicas para ofertar o proposto, o que favorece a canalização de recursos públicos para instituições privadas associada aos mecanismos de terceirização previstos na legislação. O texto provoca a tomada de consciência sobre os indícios de intenções de privatização do Ensino Médio.

A autora Maria Lucia Indjaian estudou *A internacionalização na Pós-Graduação stricto sensu no Brasil: um olhar a partir da política nacional de garantia da qualidade*, com apoio nos resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação de Direito, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2013. A autora conclui que a avaliação pode induzir a internacionalização dos programas, porém não avalia a

qualidade das ações realizadas; os programas adotam duas estratégias, uma se direciona para ao alcance de objetivos e benefícios comuns entre os países, outra busca se destacar no mercado educacional internacional, retratando dilemas e tensões mais amplos das propostas de educação transnacional.

O artigo *Educação integral no contexto da BNCC*, de Jane Bittencourt, busca identificar se as características da ampliação curricular relacionadas aos tempos, aos espaços educativos, à diversificação e à integração de saberes escolares estão presentes na proposta de educação integral no contexto da BNCC. O estudo reconhece que tais características não são enfatizadas na BNCC, que limita as possibilidades de implementar a ampliação curricular em projetos de educação e de formação integral. Tais resultados revelam o descompasso entre a concepção de formação integral e a ênfase em habilidades intelectuais evidenciadas pela BNCC.

Alessandro de Melo e Débora Ribeiro desenvolvem um estudo sobre *Eurocentrismo e currículo: apontamentos para uma construção curricular não eurocêntrica e decolonial*. Mediante uma pesquisa teórica, o estudo frisa que o currículo, segundo as tendências tradicional, tecnicista e renovada, representa aspectos da colonialidade do poder e exclui conhecimentos e identidades dos povos e dos grupos sociais subalternizados. Assim, os autores argumentam a favor das alternativas de educação dos movimentos sociais latino-americanos, como o zapatismo. O texto revigora, assim, uma perspectiva crítica de currículo, que respeita as diversidades culturais em prol do desenvolvimento social e educacional.

Em *Princípios para a formação docente e para repensar o papel da educação atual à luz do paradigma da complexidade*, os autores Tiago Reus Barbosa Fedel e Marilda Aparecida Behrens, desenvolvem uma reflexão sobre as proposições conceituais e as contribuições do paradigma da complexidade na educação com vistas a enfrentar os desafios atuais da educação. Com base nesse referencial, os pesquisadores identificam construtos do paradigma da complexidade e apontam caminhos para a formação e a docência.

*O desenvolvimento das metodologias ativas na Educação Básica e os paradigmas pedagógicos educacionais* é tema do estudo realizado por Sidnei da Silva Santos e Neide de Aquino Noffs, que apresentam procedimentos didáticos de referência coerentes com os princípios das metodologias ativas inter-relacionados com o paradigma da educação que fundamenta a efetivação desses princípios. Nesse sentido, o professor assume-se como um interlocutor qualificado, que ressignifica procedimentos e informações criando condições para

o desenvolvimento da autonomia intelectual e social dos estudantes, protagonistas ativos no espaço de aprendizagem.

Os autores Wladia Bessa da Cruz, Márcio Luis Ferreira Nascimento e Maria Aparecida Pereira Viana, no estudo intitulado *O olhar do professor universitário sobre a autonomia do aluno em ambientes de tecnologias de aprendizagem*, evidenciam que os professores identificam que as tecnologias podem ser usadas no processo de aprendizagem, desde que os alunos tenham maturidade, responsabilidade e disciplina para não se dispersar. Eles sugerem mudanças no currículo e adoção de metodologias como aprendizagem baseada em problemas, ensino híbrido e sala de aula invertida. O resultado levanta o questionamento sobre a ideia prevalente de controle da atividade do aluno pelo professor diante da adoção de metodologias ativas.

Sueli Soares dos Santos Batista e Emerson Freire, autores do artigo *Conflitos e contradições em torno das diferentes concepções e diretrizes para a educação profissional e tecnológica*, analisam os momentos e os movimentos que questionam e relativizam as matrizes político ideológicas da educação profissional e tecnológica e indicam a relevância de recuperar as narrativas dos sujeitos, as contradições e os impasses que têm se contraposto a modelos educacionais hegemônicos. O estudo contribui para a compreensão da construção da educação profissional e tecnológica para além de ações hegemônicas e para a compreensão de seus desafios, tensões e potencialidades para efetivar a integração entre formação geral humanística e formação tecnológica em campos específicos.

As *Crenças de autoeficácia na educação* é objeto de uma revisão sistemática sobre teses e dissertações catalogadas na base de dados da CAPES, apresentadas para defesa no período de 2007 a 2017. O estudo destaca, entre outros aspectos, avanços quantitativos na produção a partir de 2014, cuja maioria dos trabalhos trata das crenças de autoeficácia docente em disciplinas como Matemática, Física e Música. Os resultados suscitam questionamentos sobre os processos cognitivos para a constituição dessas crenças, uma vez que a autoeficácia é um tema atual e relevante para ações de orientação e desenvolvimento profissional.

Lucas Henrique Silva Gonçalves e Marineide de Oliveira Gomes apresentam a resenha do livro *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*, de Agustín Escolano Benito, com tradução de Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva,

=====

publicado em 2017 pela editora Alínea. Os autores fazem uma resenha significativa sobre a obra de Agustín Escolano Benito, professor, teórico e historiador, que desenvolveu um trabalho rigoroso e carregado de sensibilidade para tratar da escola, seus sujeitos, sua história e sua cultura na relação com outras culturas que a compõem.

Concluir esta edição da Revista e-Curriculum no final de um ano permeado por desafios, perdas e incertezas, que ameaçam a área da educação e o exercício da democracia, representa uma vitória da sobrevivência com dignidade, resistência e confrontos. Não cedemos à polarização e insistimos na defesa da manifestação da diversidade de pensamentos, do diálogo com o diferente e da compreensão da provisoriedade do conhecimento e do poder. Mantivemos nosso posicionamento crítico diante das temáticas do currículo e da educação, comprometidos com a organização e a divulgação do conhecimento e com a socialização de resultados de pesquisas.

Somos gratos aos pareceristas que se dedicam a rigorosa revisão dos artigos submetidos à Revista, à equipe técnica que zela pela tramitação dos trabalhos no fluxo do sistema e cuida da edição de textos. Agradecemos, sobretudo, aos autores que submetem suas produções à Revista.

Convidamos o leitor a consultar o sumário da Revista, conhecer os artigos que descortinam o pluralismo temático das produções intelectuais da área, que possam contribuir para aprendizagens, suscitar novas questões e reflexões.